

Dívida Externa Brasil reinicia hoje a 11 MAI 1993 CORREIO BRAZILIENSE negociação com os bancos

O negociador da dívida externa, Pedro Malan, retoma hoje em Nova Iorque, mais uma rodada de discussões com os bancos credores internacionais. As conversas vão envolver o desejo brasileiro de que os credores façam escolhas mais equilibradas entre os vários tipos de títulos oferecidos pelo Governo brasileiro na minuta fechada em junho do ano passado.

O Brasil quer que entre 35 por cento e 40 por cento da dívida (40 bilhões de dólares) sejam trocados por bônus de desconto (que abatem 35 por cento do valor do débito). Os credores, no entanto, optaram por negociar apenas cerca de 19 por cento (conforme os últimos dados disponíveis) do total da dívida utilizando estes papéis.

O País também deseja que os credores reduzam as suas opções por Bônus ao par (que não permite qualquer desconto da dívida, mas tem taxas de juros tabeladas). Os bancos estrangeiros querem trocar 59 por cento da dívida sob negociação por este tipo de papel, enquanto que o Brasil prefere um percentual menor, também entre 35 por cento e 40 por cento. A data-limite para a troca da

dívida velha pelos novos títulos é 30 de novembro, mas antes disso, o Governo terá que fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Patentes — O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, discutiu, ontem, em Washington, durante meia hora, com o representante comercial dos Estados Unidos, Michael Kantor, os termos da lei de patentes recentemente aprovada pelo Congresso Brasileiro. “Foi uma reunião franca e aberta”, disse um porta-voz de Kantor, sem, no entanto, dar detalhes dos temas tratados pelos funcionários.

Em 30 de abril, Washington apontou o Brasil, a Índia e Tailândia como países que fracassaram na proteção às leis de Patentes, direitos de cópias e segredos comerciais. Imediatamente, o governo de Bill Clinton fez uma advertência a esses países de que poderiam sofrer punições.

No entanto, a Câmara dos Deputados do Brasil aprovou na quarta-feira passada a Lei de Patentes. O governo norte-americano acha que a nova lei ainda não protege seus interesses comerciais.